

## ÍNDICE GERAL

PLANO DA OBRA . . . . .	13
-------------------------	----

### INTRODUÇÃO

#### O PROBLEMA E AS SUAS COORDENADAS

1. Prolegómenos sobre a confiança e o Direito . . . . .	17
2. A responsabilidade pela confiança enquanto tema da dogmática jurídica; o rumo da investigação . . . . .	24
3. O ressarcimento dos danos no quadro geral da tutela das expectativas: pro- tecção “negativa” <i>vs.</i> protecção “positiva” da confiança . . . . .	41
4. Recorte do âmbito da protecção indemnizatória da confiança; a tutela da aparência . . . . .	44
5. ( <i>cont.</i> ) A protecção positiva da confiança “por imperativo ético-jurídico” (CANARIS) . . . . .	61
6. Doutrina da confiança e negócio jurídico . . . . .	66
7. Doutrina da confiança e responsabilidade civil; o sentido geral da crítica à teoria da confiança . . . . .	75
8. Conclusão; a tutela indemnizatória das expectativas no contexto dos requisitos das teorias jurídicas . . . . .	87

### CAPÍTULO I

#### ERUPÇÕES DO PENSAMENTO DA CONFIANÇA NA RESPONSABILIDADE CIVIL: UMA SINOPSE

9. A <i>culpa in contrahendo</i> . . . . .	99
10. O alargamento do âmbito subjectivo da culpa pré-contratual . . . . .	115
11. ( <i>cont.</i> ) A responsabilidade de consultores, peritos e outros participantes no processo de formação do contrato por <i>culpa in contrahendo</i> . . . . .	125

12. A responsabilidade por informações, modalidade geral da responsabilidade por declarações . . . . .	159
13. A responsabilidade por prospecto . . . . .	180
14. A responsabilidade por mensagens publicitárias . . . . .	192
15. O abuso do direito: remissão; indicação da sequência . . . . .	216

## CAPÍTULO II

### A CONFIANÇA PERANTE CONCEPÇÕES ALTERNATIVAS DE RESPONSABILIDADE POR VIOLAÇÃO DE DEVERES DE AGIR

16. A supressão da confiança e a homogeneização da responsabilidade por infração de deveres de comportamento no sistema de PICKER . . . . .	221
17. A “delitualização” da confiança; em especial, a proposta de VON BAR . . . . .	233
18. O problema da ressarcibilidade aquiliana dos interesses primariamente patrimoniais . . . . .	238
19. (cont.) Os deveres no tráfico para a protecção do património . . . . .	251
20. Dogmática delitual e protecção da confiança . . . . .	261
21. (cont.) Paradigma funcional do direito delitual e responsabilidade pela confiança . . . . .	270
22. O perfil sistemático da imputação aquiliana de danos face ao direito positivo; ilações para um regime da responsabilidade pela confiança . . . . .	287
23. O paradigma delitual perante outras questões de responsabilidade; orientações, por confronto, para uma disciplina da protecção da confiança; conclusão . . . . .	307
24. A responsabilidade profissional . . . . .	329
25. Protecção da confiança como responsabilidade por violação de deveres <i>ex negotii</i> ou <i>ex contractu</i> ? Apreciação final e indicação do <i>iter</i> . . . . .	339

## CAPÍTULO III

### ELEMENTOS PARA UMA RECONSTRUÇÃO CRÍTICA DA DOCTRINA DA CONFIANÇA NA RESPONSABILIDADE CIVIL

§ 1.º Pressupostos Gerais da Autonomia Dogmática do Pensamento da Confiança . . . . .	345
---	-----

26. Ordem jurídica, função de protecção das expectativas e responsabilidade pela confiança . . . . .	345
27. Confiança, fundamento e elemento constitutivo essencial de uma situação de responsabilidade, e confiança enquanto <i>ratio</i> (estratégica) de normas jurídicas . . . . .	351
28. A confiança como termo teleológico das normas jurídicas em especial: sentido e justificação . . . . .	361
29. Confiança “típica”, presunção de confiança e condições da autonomia dogmática da protecção das expectativas . . . . .	369
§ 2.º <b>A Depuração da Responsabilidade pela Confiança da Infração de Deveres de Comportamento</b> . . . . .	381
30. As regras de agir, meio privilegiado de institucionalização de expectativas com carácter preventivo, e a sua inconciliabilidade com uma responsabilidade pela confiança dogmaticamente autónoma . . . . .	381
31. ( <i>cont.</i> ) A confiança “normativa”; alguns corolários da emancipação da responsabilidade pela confiança com respeito à violação de <i>regulae agendi</i> . . . . .	389
32. O problema da admissibilidade de um dever de correspondência à confiança alheia: frustrabilidade da confiança enquanto corolário da autonomia privada <i>vs.</i> liberdade circunscrita, e privilegiada, de agir; a inutilidade metodológico-operativa de uma vinculação daquele tipo . . . . .	395
33. A questão correlativa do entendimento do <i>venire</i> e da “neutralização” ( <i>suppressio</i> ); sua distinção da violação de deveres de comportamento (e da regra de agir segundo a boa fé); a indemnização como compensação pela defraudação das expectativas na coerência e continuidade do comportamento . . . . .	402
34. Conclusão: em especial, a inexistência de uma adstrição geral de observância das expectativas alheias, o carácter objectivo da responsabilidade pela confiança e o correcto sentido da regra/excepção na dicotomia entre protecção positiva e negativa da confiança; aspectos complementares . . . . .	428
§ 3.º <b>Regra da Conduta de Boa Fé e Responsabilidade pela Confiança</b> . . . . .	431
35. A regra da conduta de boa fé . . . . .	431
36. A responsabilidade pela confiança como realidade independente da violação dos deveres laterais de conduta decorrentes da boa fé . . . . .	452
37. Boa fé e ordem envolvente do sistema de protecção da confiança propriamente dito; prevenção de expectativas infundadas e responsabilidade pela criação ou manutenção indevida da confiança de outrem . . . . .	466

38. Em particular: regra da conduta de boa fé e responsabilidade por indução negligente de expectativas; dever de verdade e dever de esclarecimento . . . . .	468
39. Relação de confiança e comportamento de boa fé . . . . .	474
<b>§ 4.º Reordenações Dogmáticas como Corolário da Destrinça entre Responsabilidade por Violação da Regra da Boa Fé e Protecção da Confiança . . . . .</b>	<b>480</b>
40. <i>Culpa in contrahendo</i> e responsabilidade pela confiança . . . . .	480
41. A responsabilidade pela ruptura das negociações . . . . .	502
42. Conclusão: a discriminação entre <i>culpa in contrahendo</i> e responsabilidade pela confiança, necessidade dogmática e condição de uma responsabilidade pré-contratual por <i>venire</i> . . . . .	522
43. Cartas de conforto, tutela da confiança e responsabilidade pré-contratual . . . . .	527
44. Os negócios de confiança . . . . .	544
45. Responsabilidade pela confiança, regra da conduta de boa fé e o problema da racionalização da <i>praxis</i> das relações contratuais duradouras . . . . .	559
46. As ligações correntes de negócios . . . . .	574

#### CAPÍTULO IV

### RECORTE E FUNDAMENTO DA RESPONSABILIDADE PELA CONFIANÇA

<b>§ 1.º O Modelo da Responsabilidade pela Confiança . . . . .</b>	<b>583</b>
47. A autonomia em relação à violação de deveres de comportamento à luz dos pressupostos da protecção das expectativas: considerações preliminares . . . . .	584
48. Paradoxos da concepção do dever enquanto simples formulação conclusiva e sintética dos pressupostos da protecção da confiança; a dificuldade “cronológica” na responsabilidade por declarações; o problema nas omissões . . . . .	589
49. A incongruência do requisito da justificabilidade da confiança com o arquétipo da responsabilidade por violação de deveres . . . . .	592
50. A incompatibilidade do investimento de confiança com o modelo da responsabilidade por infração de regras de conduta . . . . .	596
51. Investimento e estrutura “binária” da realidade protegida pela teoria da confiança; a responsabilidade pela confiança enquanto responsabilidade	

pela frustração de uma intencionada coordenação de condutas por parte do confiante . . . . .	602
52. Captação e frustração da confiança no tempo; as declarações inexactas como acções de duplo efeito . . . . .	607
53. A dualidade da responsabilidade pela frustração de expectativas: confiança em conduta futura e em declarações; a impossibilidade conceptual-sistemática da conexão da responsabilidade pela confiança a uma conduta omissiva . . . . .	610
54. Confiança: elemento do processo causal que conduz ao dano ou fundamento da responsabilidade (violação de deveres de comportamento <i>vs.</i> protecção de expectativas?); a causalidade psíquica . . . . .	618
55. ( <i>cont.</i> ) O comprometimento da responsabilidade por violação de deveres com o paradigma “físico-naturalístico” da causalidade; a causalidade no “jogo de linguagem” específico da responsabilidade pela confiança; a autonomia e não exclusão recíproca do quadro de referência de cada modelo de responsabilidade . . . . .	626
56. Conclusão; a protecção da confiança perante a distinção entre responsabilidade por “actos” e por “palavras” e a não vinculação dessa distinção ao carácter primariamente patrimonial dos prejuízos . . . . .	647
57. A necessidade de reformulação do pensamento da imputação como efeito do recorte da responsabilidade pela confiança e da sua autonomia com respeito à violação de deveres . . . . .	655
58. A responsabilidade pela confiança, consequência possível da infracção de deveres: inadimplemento contratual, interesse positivo e dano de confiança . . . . .	662
§ 2.º <b>Função da Responsabilidade pela Confiança e sua Relação com a Tutela “Positiva” das Expectativas</b> . . . . .	673
59. O investimento de confiança e o interesse protegido pela indemnização . . . . .	673
60. ( <i>cont.</i> ) O problema na responsabilidade pela confiança em declarações; uma renovada compreensão da garantia edilícia como corolário? . . . . .	680
61. A articulação entre protecção “positiva” e “negativa” da confiança . . . . .	690
62. A questão da invocabilidade do vício de forma do negócio, campo paradigmático de ensaio da presente concepção da responsabilidade pela confiança . . . . .	710
§ 3.º <b>O Problema da Delimitação e o Quadrante Dogmático da Responsabilidade pela Confiança</b> . . . . .	739
63. A circunscrição da protecção das expectativas: “fundamento” e “condições”; as “ligações especiais” na construção da responsabilidade pela confiança . . . . .	739

64. Sobre a inserção sistemática da responsabilidade pela confiança no direito da responsabilidade civil: “contort”, <i>continuum</i> ou novo “trilho”? Uma “quarta pista” ou a real heterogeneidade das “responsabilidades intermédias” . . . .	757
<b>§ 4.º Responsabilidade pela Confiança, Autovinculação e Acordo de Facto</b> . . . . .	767
65. Razão de ordem; autovinculação <i>vs.</i> confiança? A proposta de KÖNDGEN	767
66. ( <i>cont.</i> ) Autodeterminação de consequências, negócio e sistema de fontes; a protecção da confiança como questão de “responsabilidade” . . .	780
67. Autovinculação, <i>promissory estoppel</i> e teoria da confiança . . . . .	795
68. Responsabilidade pela confiança e doutrina do acordo de facto . . . . .	813
<b>§ 5.º Responsabilidade pela Confiança, Direito Positivo e Positividade do Direito</b> . . . . .	827
69. Preliminares em ordem a uma fundamentação de <i>iure constituto</i> da responsabilidade pela confiança; alguns afloramentos na lei civil . . . . .	827
70. “Lugar” e “modo” da protecção da confiança na cláusula do abuso do direito . . . . .	839
71. ( <i>cont.</i> ) O problema da articulação entre boa fé e responsabilidade pela confiança no abuso do direito . . . . .	850
72. A necessidade de uma justificação <i>praeter legem</i> da responsabilidade pela confiança; a boa fé enquanto simples ideia regulativa legal de carácter inconclusivo . . . . .	865
73. Elementos para uma fundamentação da “validade jurídica” da protecção da confiança: a responsabilidade pela confiança no seio da justiça comutativa, como forma (compensatória) de <i>iustitia correctiva</i> . . . . .	873
74. A responsabilidade pela confiança enquanto missão do Direito . . . . .	888

#### EPÍLOGO

### POR UMA TEORIA “PURA” DA RESPONSABILIDADE PELA CONFIANÇA

Siglas . . . . .	907
Bibliografia . . . . .	909
Índice Ideográfico . . . . .	943
Índice Geral . . . . .	969